

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

Edição nº 2209

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....5



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 287/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
REVOGAR

- a contar do dia 15/04/2017, a Portaria nº 1205/2015, que designou FRANCIELE FONTANA QUEIROZ, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 15/04/2017 (Port. 2695/2017).

- a contar do dia 27/06/2017, a Portaria nº 2358/2016, que designou INGRID HARDOK FUCHS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 27/06/2017 (Port. 2696/2017).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 02/08/2017, FERNANDO GUISSO DOS REIS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 829, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2702/2017).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 08/08/2017, RAISSA DOMINGUES EPSTEIN, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 830, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2727/2017).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 14/08/2017, THAIS HAAR CORDEIRO DA SILVA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 831, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2775/2017).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 15/08/2017, BRUNA DE ALMEIDA FURLANETTO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 832, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2776/2017).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 15/08/2017, KATIA CRISTINA GONÇALVES MOREIRA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 833, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2777/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 2441/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

DETERMINAR, com fulcro no artigo 198, inciso II do artigo 200 e artigo 205, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cujas

qualificações e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00038/2017-4**, que, em tese, infringiram os deveres previstos nos **incisos II, III, IV e XIII do artigo 177**; às proibições previstas nos **incisos VIII e IX do artigo 178**, ficando sujeito às penas previstas no artigo 187 da Lei Complementar Estadual 10.098/1994.

CONSTITUIR Comissão Processante, composta pelo Promotor de Justiça, **Dr. Cristiano Ledur**, ID 3435768, e pelos servidores **Fabiano Radavelli**, ID 3442314, Assessor - Área do Direito, e **Rafael Ruaro De Meneghi**, ID 3444058, Assessor - Área do Direito, para, sob a Presidência do primeiro, conduzir o Processo Administrativo Disciplinar.

DESIGNAR a servidora **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, como Secretária da Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 288/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **ANDRÉ DE SANTI**, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região da Serra (Port. 2801/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AJDG N.º 077/2013 PROCESSO N.º 2227-09.00/13-7 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 51/2013

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA. **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 26 de agosto de 2017, reajustar o preço do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 077/2013, a contar de 02 de agosto de 2017, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de -1,68%, passando a vigorar o valor mensal de R\$ 7.270,66 (sete mil, duzentos e setenta reais e sessenta e seis centavos) e alterar o item 16.2, da cláusula décima sexta do contrato indicando a fiscalização do Contrato; **VALOR MENSAL:** R\$ 7.270,66. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, bem como cláusula décima do ajuste.

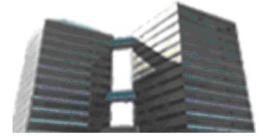
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2209

**SÚMULA DO 1º ADITIVO DO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA
UAJ N.º 070/2016
PROCESSO N.º 1016-09.00/16-3
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2016**

CONTRATADA: TELTEX TECNOLOGIA LTDA - EPP;
OBJETO: prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 28 de agosto de 2017; e renúncia da CONTRATADA ao reajuste de preços a que teria direito nos termos do item 3.7 da cláusula terceira da avença no que concerne ao período, ficando mantidos os valores vigentes;
VALOR MENSAL: R\$ 2.400,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubricas 3931. **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, Lei Complementar 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA
USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA N.º 17/0900-0000758-5**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Marconi Froehlich, matrícula n.º 14961440 ; **OBJETO:** permissão de uso mediante indenização, de automóvel particular, placa IRE 7520, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito do Projeto FAVO-Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 23 de agosto de 2017.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 75/2017 (Processo SGA n.º 01389.000.002/2017) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de preços visando à contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e fornecimento de placas em metal com os respectivos estojos, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 06/09/2017, às 9 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 06/09/2017, às 11 horas. **Local:** www.pregaoanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de agosto de 2017.
MARLY DE BARROS MONTEIRO,
Pregoeira.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 31/2017

**O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E
QUESTÕES FUNDIÁRIAS** científica, na forma do § 2º do

artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00739.00026/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Felipe Teixeira Neto. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. **OBJETO:** Apurar infração à ordem urbanística em razão de falta de estrutura urbana no Loteamento COHAFA – Cooperativa Habitacional Fátima Ltda., fase 02, tais como rede de água e luz, arramento, esgotamento pluvial e sanitário. **INVESTIGADOS(S):** Jorge Luiz Quadros da Silva, Marino Santiago, Município de Canoas e Waldemar Angelo Beretta **LOCAL DO FATO:** Canoas.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00187/2016. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Adrio Rafael Paula Gelatti. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **OBJETO:** Parcelamento irregular de solo localizado na área da matrícula nº 36.010 do CRI da 2ª Zona de Caxias do Sul, integrante do lote 08 da Quadra 2639. **INVESTIGADOS(S):** Affonso Borges de Abreu, Azelar Euzébio da Silva, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Caxias do Sul. **LOCAL DO FATO:** Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00061/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Adrio Rafael Paula Gelatti. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **OBJETO:** Atraso em execução de edificação pública. Revitalização da Praça Raymundo Magnabosco. Bairro Universitário. **INVESTIGADOS(S):** Ambiterra Urbanizadora Ltda e Município de Caxias do Sul **LOCAL DO FATO:** Caxias do Sul.

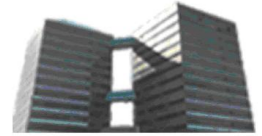
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00106/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Adrio Rafael Paula Gelatti. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **OBJETO:** Condomínio residencial Paradiso - Linha 40. **INVESTIGADOS(S):** Romeu Antonio Susin e Tânia Maria Teston Susin **LOCAL DO FATO:** Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00191/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** André Barbosa de Borba. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. **Objeto:** apurar o ingresso no Município de Pelotas dos serviços de transporte individual de passageiros prestados por motoristas não taxistas mediante a utilização de aplicativos (“Uber”, “Garupa” e outros). **Local:** Pelotas. **Investigados:** a definir.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00900.00024/2017. **PROMOTORIA DE**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2209

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Investigar eventuais irregularidades perante o corpo de bombeiros nos estabelecimentos listados como irregulares na certidão de fl. 10 e a possível omissão do Município de Entre Rios do Sul e do Corpo de Bombeiros em adotar providências em relação a estes. INVESTIGADO(S): Município de Entre Rios do Sul LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01629.000.234/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possíveis irregularidades no passeio público, na altura no número 13 da Rua Vitor Meireles, bairro Rio Branco. INVESTIGADO(S): Município De Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Rua Vitor Meireles, 13, Bairro Rio Branco. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01629.000.046/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do abandono de imóvel público estadual localizado na Av. Guaíba, n. 4.777, Bairro Ipanema, nesta Capital.. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Av. Guaíba, 4777, nesta Capital. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01629.000.267/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual ausência de manutenção do muro que contorna a extensão dos trilhos do TRENURB e a possibilidade de acidentes. INVESTIGADO(S): TRENURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.. LOCAL DO FATO: trilhos do TRENURB. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01629.000.067/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Heriberto Roos Maciel. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de reiterados alagamentos na Ciex do Brasil, indústria de produtos médico-hospitalares localizada na Rua Frederico Mentz, 483/07, bairro Navegantes, nesta Capital, provavelmente provocados pela ausência de saneamento básico nas comunidades vizinhas. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO

FATO: Rua Frederico Mentz, 483/07, bairro Navegantes, nesta Capital. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Outros Procedimentos Investigatórios - Procedimento Permanente. Nº DO PROCEDIMENTO: 01346.00004/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Rede Ambiental Caí. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cíntia Foster de Almeida. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Cíntia Foster de Almeida. OBJETO: E-mail do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (COMITESINOS), solicitando uma reunião. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02380.00003/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Projeto Piloto Promotoria de Justiça Especializada do Torcedor. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Schinestsck Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional -Ricardo Schinestsck Rodrigues. OBJETO: Fomentar a promoção de políticas públicas municipais visando a organizar a conduta dos flanelinhas” no entorno do Estádio da Arena, em dias de jogos e de grandes eventos. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

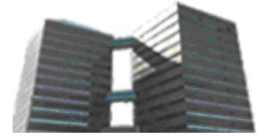
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02380.00004/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Projeto Piloto Promotoria de Justiça Especializada do Torcedor. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Schinestsck OBJETO: Fomentar a promoção de políticas públicas municipais visando a organizar a conduta dos flanelinhas” no entorno do Estádio Beira-Rio, em dias de jogos e de grandes eventos. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00728.00031/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Jaeger Becker. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: Investigar assentamento e loteamento irregulares na Rua Ricardo Schaurich, 3348 e moradias próximas, nesta cidade, bem como adotar as providências necessárias à regularização do local
Investigado: MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL; Valderéz Moura Couto, residente na Rua Jornal do Povo, 105 (beira da sanga), telefone 51 9 9607-1985; Sandra Crisla Gomes Mariano, residente na Rua Jornal do Povo, 105, telefone 51 9 9734-0695; Lucas Gonçalves Barreto e Fátima Suzana Barreto de Oliveira, residente na Rua Ricardo Schaurich, s/n, telefone 51 9 9109-2840; Simone Souza da Silva, residente na Rua Ricardo Schaurich, S/N; Roberta da Silveira Pereira, reside na Rua Ricardo Schaurich, s/n, telefone 51 9 9731-3893; Antônio Carlos Nunes da Silva, residente na Rua Ricardo Schaurich, s/n; Suely de Fátima Fontoura Barreto, residente na Rua Ricardo Schaurich, 3347, Cohab, telefone 51 9 9593-2489; Érica Adriana Lima Gonçalves, residente na Rua Ricardo Schaurich, 3348, Cohab, telefone 51 9 9701-2681; INVESTIGADOS(S): Antônio Carlos Nunes da Silva, Érica Adriana Lima Gonçalves, Fátima Suzana Barreto de Oliveira, Lucas Gonçalves Barreto, Município de Cachoeira do Sul, Roberta da Silveira Pereira, Sandra Crisla Gomes Mariano, Simone Souza da Silva, Suely de Fátima Fontoura Barreto e Valderéz Moura Couto LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.178/2017. PROMOTORIA DE



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2209

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: apurar irregularidades no estabelecimento Maria Lúcia Pub, notadamente em virtude de ausência de Alvará Municipal de Funcionamento. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen, Maria Lúcia Músicas e Conversas Ltda-ME. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.179/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: apurar irregularidades no estabelecimento King Bull Pub, notadamente em virtude de Alvará Municipal de Funcionamento. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen, King Bull Pub - LLMAICA LTDA-ME. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de Agosto de 2017.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N.º 57/2017

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução nº 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 15 de agosto de 2017, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

JULGADOS:

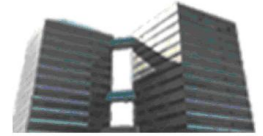
IC.00711.00009/2017,	IC.00717.00020/2014,
IC.00718.00078/2016,	IC.00722.00032/2015,
IC.00723.00007/2017,	IC.00726.00010/2011,
IC.00727.00051/2015,	IC.00729.00008/2015,
IC.00732.00008/2010,	IC.00732.00070/2011,
IC.00734.00010/2015,	IC.00735.00003/2013,
IC.00735.00027/2012,	IC.00739.00013/2015,
IC.00739.00014/2016,	IC.00739.00024/2015,
IC.00739.00101/2013,	IC.00739.00110/2015,
IC.00739.00169/2011,	IC.00743.00013/2013,
IC.00748.00043/2015,	IC.00748.00157/2016,
IC.00748.00298/2010,	IC.00748.00320/2009,
IC.00753.00001/2015,	IC.00754.00028/2012,
IC.00754.00051/2012,	IC.00754.00069/2014,
IC.00755.00006/2015,	IC.00755.00030/2015,
IC.00757.00001/2016,	IC.00760.00026/2015,
IC.00761.00005/2013,	IC.00762.00064/2013,
IC.00762.00110/2010,	IC.00762.00145/2014,
IC.00763.00068/2016,	IC.00770.00030/2013,
IC.00771.00018/2016,	IC.00771.00041/2015,
IC.00771.00075/2013,	IC.00774.00003/2015,
IC.00781.00001/2011,	IC.00781.00011/2016,
IC.00781.00012/2016,	IC.00783.00010/2016,

IC.00783.00109/2015,
IC.00791.00001/2016,
IC.00791.00018/2011,
IC.00801.00033/2015,
IC.00801.00049/2014,
IC.00813.00028/2014,
IC.00814.00122/2016,
IC.00818.00021/2009,
IC.00820.00042/2015,
IC.00820.00068/2015,
IC.00820.00112/2016,
IC.00820.00158/2013,
IC.00820.00215/2016,
IC.00820.00231/2016,
IC.00820.00242/2016,
IC.00820.00333/2010,
IC.00821.00005/2015,
IC.00824.00057/2017,
IC.00824.00087/2004,
IC.00825.00009/2016,
IC.00832.00115/2016,
IC.00852.00035/2016,
IC.00852.00062/2014,
IC.00852.00111/2016,
IC.00853.00006/2017,
IC.00853.00090/2013,
IC.00857.00018/2007,
IC.00857.00073/2014,
IC.00865.00001/2015,
IC.00865.00028/2014,
IC.00872.00019/2017,
IC.00872.00068/2016,
IC.00872.00084/2015,
IC.00878.00067/2015,
IC.00882.00004/2013,
IC.00889.00103/2013,
IC.00891.00012/2015,
IC.00903.00024/2016,
IC.00907.00019/2012,
IC.00907.00106/2014,
IC.00909.00009/2016,
IC.00911.00031/2016,
IC.00911.00053/2015,
IC.00913.00050/2015,
IC.00914.00100/2016,
IC.00915.00113/2016,
IC.00922.00089/2013,
IC.00924.00162/2014,
IC.00929.00023/2016,
IC.00931.00061/2011,
IC.00933.00009/2015,
IC.00933.00064/2014,
IC.00936.00013/2012,
IC.00944.00007/2009,
IC.00949.00159/2014,
IC.00950.00014/2015,
IC.00952.00024/2015,
IC.00952.00026/2015,
IC.01127.00016/2010,
IC.01128.00125/2016,
IC.01132.00056/2012,
IC.01136.00002/2011,
IC.01136.00057/2011,
IC.01175.00026/2016,
IC.01212.00057/2013,
IC.01223.00016/2016,
IC.01234.00023/2016,
IC.01234.00076/2015,
IC.01349.00035/2014,
IC.01349.00122/2011,

IC.00788.00050/2013,
IC.00791.00006/2013,
IC.00801.00003/2011,
IC.00801.00037/2014,
IC.00813.00019/2014,
IC.00814.00005/2017,
IC.00818.00003/2013,
IC.00820.00017/2017,
IC.00820.00044/2017,
IC.00820.00075/2017,
IC.00820.00118/2016,
IC.00820.00192/2016,
IC.00820.00227/2016,
IC.00820.00236/2013,
IC.00820.00245/2008,
IC.00820.00340/2009,
IC.00824.00013/2017,
IC.00824.00074/2017,
IC.00824.00163/2016,
IC.00832.00013/2017,
IC.00852.00028/2015,
IC.00852.00051/2014,
IC.00852.00108/2016,
IC.00853.00004/2017,
IC.00853.00032/2016,
IC.00857.00009/2016,
IC.00857.00022/2008,
IC.00864.00013/2014,
IC.00865.00009/2013,
IC.00867.00027/2015,
IC.00872.00028/2016,
IC.00872.00079/2015,
IC.00878.00059/2015,
IC.00878.00081/2014,
IC.00889.00082/2012,
IC.00890.00007/2016,
IC.00901.00077/2015,
IC.00906.00039/2007,
IC.00907.00082/2012,
IC.00908.00022/2015,
IC.00911.00007/2017,
IC.00911.00048/2012,
IC.00913.00003/2012,
IC.00914.00078/2014,
IC.00915.00029/2011,
IC.00917.00020/2016,
IC.00924.00012/2016,
IC.00928.00001/2014,
IC.00929.00026/2016,
IC.00931.00111/2014,
IC.00933.00018/2009,
IC.00933.00078/2014,
IC.00942.00026/2015,
IC.00948.00010/2014,
IC.00950.00010/2010,
IC.00952.00013/2013,
IC.00952.00025/2015,
IC.00952.00028/2015,
IC.01128.00090/2010,
IC.01129.00026/2015,
IC.01134.00008/2017,
IC.01136.00031/2011,
IC.01175.00013/2014,
IC.01175.00046/2015,
IC.01220.00021/2012,
IC.01223.00021/2015,
IC.01234.00069/2016,
IC.01234.00112/2016,
IC.01349.00045/2014,
IC.01411.00040/2013,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2209

PA.00911.00187/2014,
PA.01411.02213/2016,
PI.00872.00025/2017,
PR.00975.00106/2017-8,
PR.00975.00109/2017-2,
PR.00975.00111/2017-8,
PR.00975.00113/2017-4,
PR.00975.00115/2017-9,
PR.00975.00118/2017-3,
PR.00975.00120/2017-9,
PR.00975.00123/2017-3,
PR.00975.00125/2017-8,
PR.00975.00127/2017-4,
PR.00975.00129/2017-0,
PR.00975.00131/2017-6,
PR.00975.00133/2017-2,
PR.00975.00135/2017-7,
PR.00975.00138/2017-1,
PR.00975.00141/2017-5,
PR.00975.00143/2017-1,
PR.00975.00145/2017-6,
PR.00975.00147/2017-2,
PR.00975.00149/2017-8,
PR.00975.00151/2017-4,
PR.00975.00166/2017-2,
PR.00975.00168/2017-8,
PR.00975.00170/2017-4,
PR.00975.00172/2017-0,
PR.00975.00174/2017-6,
PR.00975.00177/2017-9,
PR.00975.00180/2017-3,
PR.00975.00211/2017-6,
PR.00975.00214/2017-0,
PR.00975.00216/2017-5,
PR.00975.00219/2017-9,
PR.00975.00221/2017-5,
PR.00975.00224/2017-9,
PR.00975.00226/2017-4,
PR.00975.00229/2017-8,
PR.00975.00231/2017-4,
PR.00975.00234/2017-8,
PR.00975.00236/2017-3,
PR.00975.00238/2017-9,
PR.00975.00243/2017-9,
PR.00975.00246/2017-2,
PA.01135.00170/2015,
PI.00857.00021/2015,
PI.00914.00030/2016,
PR.00975.00107/2017-6,
PR.00975.00110/2017-0,
PR.00975.00112/2017-6,
PR.00975.00114/2017-2,
PR.00975.00116/2017-7,
PR.00975.00119/2017-1,
PR.00975.00121/2017-7,
PR.00975.00124/2017-1,
PR.00975.00126/2017-6,
PR.00975.00128/2017-2,
PR.00975.00130/2017-8,
PR.00975.00132/2017-4,
PR.00975.00134/2017-0,
PR.00975.00136/2017-5,
PR.00975.00139/2017-9,
PR.00975.00142/2017-3,
PR.00975.00144/2017-9,
PR.00975.00146/2017-4,
PR.00975.00148/2017-0,
PR.00975.00150/2017-6,
PR.00975.00152/2017-2,
PR.00975.00167/2017-0,
PR.00975.00169/2017-6,
PR.00975.00171/2017-2,
PR.00975.00173/2017-8,
PR.00975.00176/2017-1,
PR.00975.00178/2017-7,
PR.00975.00210/2017-8,
PR.00975.00212/2017-4,
PR.00975.00215/2017-7,
PR.00975.00217/2017-3,
PR.00975.00220/2017-7,
PR.00975.00222/2017-3,
PR.00975.00225/2017-6,
PR.00975.00228/2017-0,
PR.00975.00230/2017-6,
PR.00975.00233/2017-0,
PR.00975.00235/2017-5,
PR.00975.00237/2017-1,
PR.00975.00242/2017-1,
PR.00975.00245/2017-4,
PR.00975.00247/2017-0.

RETIRADOS DE PAUTA:

PR.00975.00232/2017-2, PR.00975.00248/2017-8.

Os interessados poderão solicitar à Secretaria dos Órgãos Colegiados certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.